



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0003/AM/13, de 28/06/2013

Aos Vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalunga, Odete Marise dos Santos Alves, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, João Pedro Gonçalves, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, António Manuel Cardoso Fernandes, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota, José Maria Gonçalves Neves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / Resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades Legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantias bancárias a favor da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., no âmbito do Projeto “Sistema Integrante de Abastecimento de Água às Redes do Concelho de Pombal a partir das captações da Mata Urso” das intervenções seguintes: na EN1 entre o KM 140 + 000 ao 140 + 350 LD; na EN109 ao Km 137 + 600 e na EN1 ao km 141 + 000 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de regulamento de utilização e cedência dos auditórios municipais

Ponto 2.4 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de alteração ao regulamento geral de apoios diversos no âmbito das áreas de ação social;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre designação de Fiscal único para a PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 – Designação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral, de harmonia com a alínea b) do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de Novembro.

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Sistema de captação, transporte e tratamento de água na Mata Nacional do Urso - Declaração de Interesse Municipal

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Pombal - Reversão da parcela para o domínio privativo Municipal

Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato-Programa – Município de Pombal e PMUGEST, E.M

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Adelino Mendes, Dr. Carlos Lopes.

Presidiu à sessão José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, João Manuel Vieira Cordeiro, Leovigildo Marques da Silva Fernandes e António Manuel Cardoso Fernandes, que apresentaram pedido de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato, justificadas pela Mesa.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia**, informou que Cristina Portela Fragoso, da Bancada do PSD, havia renunciado ao mandato tendo sido chamado a ocupar a vaga deixada, o cidadão João Paulo Antunes dos Santos, o qual, encontrando-se presente na sala foi chamado a ocupar o seu lugar.

Mais informou ter recebido um pedido de suspensão de mandato de Andreia Sofia Pinheiro Marques, o qual foi aprovado por unanimidade. No entanto, não se encontrando na sala o cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD, chamado a ocupar o lugar, Anézio Gonçalves Ferreira, o qual solicitou justificação para a falta, foi a mesma justificada pela Mesa.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição, de membros da Bancada do partido Socialista:

De João André Varela Coelho e de Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, tendo sido chamados a substituí-los os cidadãos imediatamente a seguir na lista, respectivamente, Elisabete Maria dos Santos Alves e António Roque, os quais, estando presentes na sala, foram chamados a ocupar os seus lugares.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Informou também que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Meirinhas, Avelino António, e de Vila Cã, Jorge Gameiro da Silva, por se encontrarem impossibilitados de comparecer à sessão, se fizeram substituir por Énio Mota e Maria José Marques, respetivamente.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da Assembleia, uma vez que todos os membros a receberam atempadamente.

Colocada a ata de abril a discussão, inscreveram-se os membros da Assembleia Jorge Cordeiro, José Neves e Rodrigues Marques que solicitaram alterações de pormenor à ata as quais foram de imediato introduzidas.

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções, tendo os membro que se abstiveram declarado tê-lo feito por terem estado ausentes na sessão a que a mesma se refere.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido um documento da IGF, acerca do controlo do endividamento e da situação financeira da administração local autárquica bem como a competente resposta do Sr. Presidente da Câmara, documentos que ficam arquivados nos Serviços para consulta dos membros da Assembleia;

Informou ainda ter recebido, por parte do executivo, uma cópia da sentença judicial da 1.^a Vara Cível do Porto, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que resumisse o documento, o que foi feito nos seguintes termos:

“A conclusão é de 19 de junho de 2013, passados três ou quatro meses do final do julgamento. Estou na Câmara há 20 anos e nunca li nenhum relatório de ações a que a Câmara estivesse ligada, mas li este documento do princípio ao fim, porque este caso, em 47 anos de vida profissional, foi o que mais me afetou pela negativa, por me ter sentido injustiçado, por me ter sentido ofendido e por terem posto em causa a minha isenção, a minha imparcialidade, a minha competência e o resultado de 47 anos de trabalho com quase 20 anos de actividade política, como Presidente de Câmara, e foi posto em causa o Executivo e até o próprio Concelho de Pombal.

De seguida leu a conclusão da sentença que a seguir se transcreve, dizendo que gostaria que o documento fosse lido, na íntegra, por alguns membros desta Assembleia:

«Pelo exposto julga-se a presente parcialmente procedente em consequência do que se condena a ré a pagar ao autor a quantia de € 419.616,37, acrescidos de juros de mora, desde 22 de outubro de 2010 até à data do reembolso efetivo, calculados à taxa legal, acrescida de 10 pontos percentuais.

Custas por autor e ré na proporção da respectiva sucumbência, (art. 446º, n.ºs 1 e 2 do Cod. Processo Civil.

Notifique-se e registe-se.

Porto 19.06.2013.»



MUNICÍPIO DE POMBAL

É lamentável que se prejudicasse e ofendesse o nosso Município mais do que já foi, por ambição desmedida da política, porque a política deve ser nobre e ser feita com imparcialidade, com justiça, com sabedoria e não com suposições, não com floreios nem com subterfúgios.

Nós, para sermos políticos, precisamos da convergência de esforços, de fazer mais e muita coisa melhor, mas aproveitando o que se faz de bom.”

Referiu ter recebido um relatório sobre controlo da implementação / prossecução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) | Revisão 01, assinado pelo Vereador do Pelouro da Coordenação da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Auditoria, o qual fica à disposição de todos os membros da Assembleia.

Terminada a informação sobre o expediente recebido, o **Senhor Presidente da Assembleia**, referiu o seguinte:

“Ocorreram três tristes acontecimentos que trago à memória de todos, e o último foi esta manhã, refiro-me ao óbito do Senhor D. João Alves, Bispo Emérito de Coimbra, que esteve 25 anos à frente do bispado e a quem todos nós devemos muito;

Também aconteceu, no passado dia 13 de junho, o óbito do Senhor Jorge Mota Longo, que era Presidente do Clube Motard Marquês de Pombal. Era residente na Charneca, freguesia e concelho de Pombal, e era um dos associados mais antigos da ADAC – Associação de Desporto e Ação Cultural da Charneca;

Faleceu também, no passado dia 17 de junho, o Senhor José Mota Marques, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil durante 15 anos, de 1980 a 2005. Foi um homem dedicado à causa pública que, além de autarca, abraçou o associativismo, estando ligado à Sociedade Filarmónica Vermoilense, à Associação Desportiva e Recreativa de Vermoil, integrou ainda os Corpos Sociais do Centro Social Júlio Antunes, da Associação de Caçadores de Vermoil e da Associação Cultural e Recreativa Santo António das Pinheiras.

Por estes três cidadãos que nos deixaram, eu proponho um minuto de silêncio.”

De seguida foi cumprido o minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tuteladas pela autarquia, e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo Presidente do órgão executivo, ou por outro elemento deste órgão em que ele delegue.”

Não é uma frase da minha autoria, ela está no POCAL, no ponto 2.9.10.1.2 e, é com base nisto, que vai assentar a minha intervenção, e tem a ver, naturalmente, com aquilo que já foi aqui referido e com a sentença que foi proferida, recentemente, pela 1ª Vara Cível do Porto.

Recordo que a Câmara Municipal pediu que o Banco em causa reconhecesse que a movimentação dessa conta, que muita celeuma deu, só podia ser efetuada em conjunto simultâneo pelo Presidente e tesoureiro.

Pedi também o pagamento da importância de € 541.000,00, mais coisa menos coisa, acrescida da taxa de juro legal, mais 10 %. Sabe-se também que o banco propôs um contrato para movimentação da conta por outros sujeitos que não os indicados. O contrato não foi celebrado, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

a ser, seria sempre nulo como diz a lei. Estas muitas páginas deste relatório são claríssimas, até para um leigo em matéria jurídica como eu. São claras e inequívocas. Sabe-se que entre Dezembro de 2009 e Julho de 2010 foram transferidos € 541.000,00 em 71 movimentos, por um funcionário que veio a ser acusado de os ter feito.

Do tal contrato de aditamento, que foi aqui muitas vezes referido, não consta a identificação certificada pelo Presidente ou seu substituto legal. A verdade é esta: a conta só podia ser movimentada com a assinatura conjunta do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal. A conta servia como sabem, para depósitos de receitas municipais, e a sua movimentação, era através de cheque e, no caso do empréstimo que também decorria no mesmo Banco, era por débito direto, portanto, tudo inequívoco. Conclui-se que o Banco não deveria, nem poderia, assinar contrato noutros moldes que os que estão definidos no POCAL. Tão simples quanto isto. Se o banco o fizesse, estaria a violar a lei 298/92, e a regulação pública da actividade das instituições bancárias é conhecida, é altamente rigorosa e altamente escrutinada.

A lei impõe, às instituições de crédito, regras e um especial cuidado na abertura de contas, todos nós o sabemos, e quanto à completa e rigorosa identificação dos seus titulares. Por isso, a Câmara, no contrato de abertura e comunicações posteriores, manteve sempre actualizada, é isso que diz o relatório, a identificação rigorosa de quem podia movimentar esta conta, isso é inequívoco. O banco de resto reconhece isso nos seus documentos internos, que apresentou durante este processo. Conclui-se também que o Banco não terá agido com o grau de exigência e competência que seria necessário nestas circunstâncias.

Mas mesmo que se admitisse, que até Abril de 2008 o funcionário em causa estivesse formalmente legitimado a efectuar qualquer movimento, mesmo que isso fosse admissível, uma situação diria até absurda, deixaria sempre, a partir dessa data de o poder fazer, e portanto todas as transferências para contas particulares do funcionário, foram feitas posteriormente.

Não houve, neste relatório, qualquer censura à Câmara Municipal de Pombal, e a decisão não pode ser mais clara, julga-se a presente parcialmente procedente em consequência que condena a ré, o banco, a pagar a quantia de € 419.000,00 acrescidos de juros á taxa legal. Esta é uma decisão que nos alegra a todos. Alegra sobretudo os contribuintes, porque o dinheiro é deles, mas alegra a Câmara Municipal, enquanto instituição, mas também e porque muitas coisas foram aqui ditas, e eu não faço juízos sobre intenções, mas as palavras, e se formos ver às atas elas foram aqui ditas, esta é uma decisão que premeia aqueles que sofreram, até pessoalmente, mas que lutaram até à exaustão para que a verdade e a justiça fossem repostas, e portanto, essa satisfação, devemos tê-la todos, sem excepção, independentemente de opiniões que tivemos no passado, sobretudo em nome dos que sofreram, mas em nome dos contribuintes.

Eu termino dando os parabéns à Câmara, pois não vendeu nenhuma das escolas primárias que foram sendo fechadas ao longo destes anos. Outras fizeram-no, portanto parabéns à Câmara porque com essas escolas, esses espaços nobres que certamente deram vida às localidades. Parabéns à Câmara por ter tomado essa decisão."

Pedro Santos, cuja intervenção se transcreve.

"Faz no próximo dia 30 de junho, três anos, que decorreu a última assembleia municipal descentralizada, na sede da Associação do Louriçal.

Nessa assembleia interveio o deputado João Manuel Vieira Cordeiro, residente no Louriçal, onde indagou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal sobre o andamento de alguns projectos, que na sua opinião eram importantes para a freguesia do Louriçal, nomeadamente a construção do pavilhão gimnodesportivo, o projecto do Parque Industrial do Louriçal, a circular externa da entrada sul da vila e a conclusão da rede de saneamento na freguesia do Louriçal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente ao Parque Industrial o senhor presidente da câmara respondeu que nessa altura já tinha sido adquirido 40.000 m² para que não houvesse a ideia que não havia industriais por falta de espaço.

Estamos em Junho de 2013, e as industriais continuam sem condições para se poderem instalar no dito Parque Industrial do Louriçal.

Quanto à construção da variante informou que iriam avançar para a expropriação dos terrenos e que gostaria de começar a obras ainda nesse Verão, mas tal não era possível. Três anos depois continua a ser uma obra apenas no papel.

Quanto ao saneamento básico informou que a freguesia tinha em junho de 2010 40% de saneamento básico, que já tinham uma candidatura ao POVT para mais 30% de saneamento relativo aos lugares de Moita do Boi, Antões e Castelhanas, e que depois os restantes 30% se iriam fazer. Não sei como fez as suas contas, mas Outeiro do Louriçal e Casal da Rola, os lugares mais populosos da freguesia segundo os últimos censos continuam sem saneamento, bem como os lugares de Cabeço, Vale da Cabra, Casal do Queijo, Foitos, Cavadas, S. João das Tábuas e Matas, Cipreste e Torneira.

O tratamento das águas residuais são de extrema importância para o bem-estar e saúde da população, e neste sentido em Maio de 2011, as populações dos lugares de Matas, Cipreste e Torneira, que pertencem aos concelhos de Pombal e Figueira da Foz, com cerca de quatro centenas de habitações, levaram a cabo um abaixo-assinado, a demonstrar a sua preocupação com a falta de saneamento básico naqueles lugares. Neste sentido, sabendo que a gestão da rede de saneamento básico é da responsabilidade do Município de Pombal e que na Figueira da Foz é da competência da empresa “Águas da Figueira S.A.”, venho por este meio colocar as seguintes questões:

- a) Até ao momento já decorreram reuniões ou qualquer tipo de negociações com o Município da Figueira da Foz?*
- b) Se sim, qual o resultado dessas negociações e que papel terá a Câmara Municipal de Pombal nesta obra de tão grande importância para estas populações?*
- c) Para quando o início das obras de saneamento nos lugares de Matas, Cipreste e Torneira?*
- d) Sendo o Outeiro do Louriçal o lugar mais populoso da freguesia do Louriçal, qual a previsão do início das obras de saneamento nesta localidade?*
- e) Para quando a conclusão das obras da construção dos emissários de Carriço-Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1) que se iniciaram em Janeiro de 2012 e que pararam em Outubro passado?*
- f) As populações de Antões, Moita do Boi e Castelhanas têm sofrido muito com as obras que estão a decorrer, no âmbito da empreitada da construção de rede de saneamento dos referidos lugares. No entanto há algo que é visível por todos, não está a haver a devida fiscalização à obra e as consequências para o erário público a curto e médio prazo serão pesadas. Deste modo, venho por este meio questionar v/ Exa. no sentido de saber o porquê de não haver um maior e melhor acompanhamento fiscalizador neste tipo de obras, para que as populações e a própria Câmara Municipal não venham a ter dissabores aquando da necessidade da manutenção da rede em causa.”*

Fernanda Guardado, cuja intervenção se segue:

“Hoje quero destacar as variadíssimas atividades que se têm realizado na nossa cidade e no nosso concelho, nos últimos tempos. Atividades essas dinamizadas pelas várias Associações locais e outras instituições que se associam a estes eventos, contando sempre com o apoio incondicional do nosso executivo Camarário. Vou aqui destacar um exemplo de património



MUNICÍPIO DE POMBAL

natural do nosso concelho, concretamente a “Praia do Osso da Baleia”. À qual foram atribuídas as bandeiras: Azul e de praia acessível.

Inserida na Mata Nacional do Urso, a praia do Osso da Baleia beneficia de um enquadramento harmonioso e de uma paisagem de uma beleza natural indiscutível.

A nossa praia, já distinguida com o galardão de “praia dourada”, continua a cumprir com todos os requisitos para que seja distinguida, nomeadamente:

- *A qualidade da água e a segurança na praia, em especial a assistência a banhistas.*
- *Pelo segundo ano consecutivo esta praia integra a rede de praias que dispõem da aplicação “Praia Direto”, que dá acesso a informações muito úteis, em tempo real, (sobre a temperatura da água e velocidade e direcção do vento, entre outras).*
- *Assim como de “Praia segura”, com vista a um melhor socorro por parte dos nadadores salvadores em caso de necessidade.*

A Quercus reconheceu esta praia como uma das praias portuguesas com melhor qualidade da água, todas as análises realizadas à água desta praia classificam-na de excelente.

No âmbito desportivo há a destacar A LIGA ZON KIDS 2013

A 3ª edição da principal Liga de Futebol infantil passou por Pombal, numa das muitas etapas que estão a percorrer o nosso país. A prova conta com mais de 12 mil crianças, tendo-se realizado até ao momento mais de 3 mil jogos, envolvendo estes pequenos craques da bola.

Esta competição infantil consiste num torneio de futebol de 5, para crianças dos 5 aos 12 anos, e tem como objetivos promover o espírito desportivo e o fair play entre os mais novos. Reúne 4 escalões de futebol infantil. Na série “A”, para atletas nascidos em 2006 e 2007, o vencedor foi da Moita do Boi. No escalão “B”, atletas nascidos em 2004 e 2005, a formação da Associação Desportiva Pedro Roma, atual campeã nacional do escalão “A”, voltou a brilhar, agora no escalão seguinte. Participaram mais de mil e duzentos jovens aqui em Pombal 1200 crianças em Pombal ou 12 mil a nível nacional.

O Núcleo de Desporto Amador de Pombal está a comemorar o seu 36º aniversário.

Este núcleo com as diversas modalidades de: Andebol, Basquetebol, Natação, Karaté, Atletismo e Voleibol, tem dado provas de que os atletas do nosso concelho atletas estão em grande!

A equipa feminina de sub-16 do Núcleo do Desporto Amador de Pombal (NDAP) conquistou o 5.º título nacional para o clube. Troféu este que reconhece o mérito do clube, reforçando as suas prioridades no âmbito da formação desportiva no sector feminino. Estas atletas são a prova de que os resultados chegam quando o empenho e a entrega são totais. O Núcleo de Desporto Amador de Pombal está de parabéns, não só pelo seu 36º aniversário mas também pelos atletas que tem, pela direcção e pelos seus técnicos que em conjunto conseguem desenvolver um trabalho em prol do desporto que tem vindo a dar os seu frutos.

O NDAP dinamizou ainda na praça de toiros de Abiúl um torneio de andebol de praia.

Associação Pombal Jovem/Futebol de praia 2013

Decorreu na praça de toiros em Abiúl mais um campeonato de futebol de praia

A Praça de toiros de Abiúl, foi palco, mais uma vez, de um torneio de futebol de praia levado a cabo pela Associação Pombal Jovem. Uma iniciativa diferente uma vez que mostra que uma praça de toiros não serve apenas para grandes espetáculos taurinos, mas também se podem aí praticar as mais diversas modalidades desportivas. O torneio de futebol de praia animou esta linda vila de Abiúl. Parabéns ao Gil Barros e à sua equipa de trabalho pela dinâmica incutida por esta associação juvenil.

A nível cultural



MUNICÍPIO DE POMBAL

Destaque para o encontro de literatura infanto juvenil, dinamizado pela Biblioteca Municipal de Pombal, o festival de teatro infanto juvenil que constituiu uma oportunidade para os jovens das várias escolas do nosso concelho acompanhados dos seus professores, subirem ao palco e mostrarem o que são capazes de fazer ao nível da representação.

Também salientar as visitas às freguesias

Quero ainda manifestar o meu contentamento, assim como o de outros munícipes deste concelho, estou certa disso, pelas visitas realizadas às várias freguesias, pelo executivo camarário. Desta forma verifica no local todas as obras planeadas e realizadas em cada uma das freguesias deste concelho ao longo do mandato.

Apoio na área social

A Câmara de Pombal vai desenvolver, em parceria com a Associação de Pais e Educadores para a Infância (APEPI), um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) com a finalidade de promover a inclusão social dos cidadãos.

O programa contempla um financiamento de 300 mil euros, para um período de dois anos, tendo a autarquia convidado a APEPI como sua parceira, tendo em conta a sua “experiência” e “acção transversal” que desenvolve.

O Contrato Local de Desenvolvimento Social, terá como coordenadora técnica, Cláudia Marques, que faz parte de uma equipa de mais quatro técnicos, que agora irão elaborar um “plano de operações e orçamento”.

Aquele Contrato Local de Desenvolvimento Social tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades. Tem igualmente especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade. O senhor vereador com o pelouro da acção social Dr. Fernando Parreira), está de parabéns, assim como todo o executivo camarário por mais este grande projecto em curso.”

Odete Alves, que usou da palavra para intervir como se segue:

“É já pública a decisão que veio a condenar o BPI a pagar ao Município de Pombal a quantia ainda não recuperada, do desvio levado a cabo por um ex-funcionário, nos anos 2010 e 2011.

Esta bancada, não pode por isso deixar de registar de forma positiva que a justiça tenha, neste caso concreto, salvaguardado o interesse público em detrimento dos demais interesses em litígio. Regista-se ainda com agrado a actuação do executivo, na sua busca pela recuperação dos montantes retirados dos seus cofres ilegalmente.

Há contudo a considerar que a decisão ainda não transitou em julgado, sendo passível de recurso, deixando esta bancada votos de que se tal acontecer, o Tribunal superior mantenha a decisão proferida em 1ª instância.

Analisando a decisão, verifica-se efectivamente que o BPI não cumpriu com as obrigações legais que lhes estavam cometidas, designadamente com os deveres especiais de cuidado e diligência que sobre si recaíam.

O Tribunal avaliou a atuação técnica, sobre a qual não nos pronunciaremos, mas, note-se que o desvio só foi possível, porque o responsável máximo pela política da Câmara depositou confiança cega em quem dela não era merecedor.

Além disso, como os relatórios de outras entidades bem evidenciaram, nomeadamente o da Inspeção Geral das Autarquias Locais, verificaram-se deficiências graves no sistema de controlo



MUNICÍPIO DE POMBAL

interno, verificaram-se problemas na segregação de funções e a ausência de acompanhamento político e técnico da gestão financeira municipal.

Aliás, o relatório de auditoria da Inspeção Geral de Finanças, conhecido esta semana, vem, exatamente, identificar um conjunto de desconformidades no que à gestão financeira do município diz respeito.

Com efeito, foi recentemente proferido relatório final da auditoria da IGF, que visou avaliar a qualidade da informação constante da prestação de contas do ano 2010, analisar o comportamento do município em termos de execução orçamental do triénio 2008/2010, avaliar a evolução do endividamento municipal e apreciar a situação financeira, controlar o cumprimento, no final de 2010 do regime e dos limites de endividamento, verificar o equilíbrio conjuntural e estrutural do Município e conhecimento do sistema de controlo interno instituído.

Em resultado dessa auditoria, e sobre cada um daqueles objectivos, emitiram, os inspectores da IGF o seguinte parecer:

- *No Triénio de 2008/2010 a situação financeira da CP foi crescentemente desequilibrada, verificando-se, em 2010, um saldo real negativo de operações orçamentais de 3,15 M€ e PMP a terceiros de 65 dias (com tendência crescente), que ultrapassam os parâmetros legais.*
- *A entidade evidenciou uma prática e empolamento da previsão das receitas de capital, com uma taxa máxima de execução de 56%, o que permitiu a previsão artificial de despesas, em 2010, de 10,8M€, para cujo pagamento não existiam meios disponíveis.*
- *No final do ano 2010, a entidade não se encontrava em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural e estrutural e cumpria todos os limites de endividamento, contudo, existiam compromissos assumidos e ainda não facturados no montante de 3,8M€, o que tem repercussões negativas ao nível do endividamento futuro.*

Para fundamentar aquele parecer, a IGF apontou para além do mais as seguintes falhas:

- *Dívida não registada, em 2010, na contabilidade municipal, no valor de 719.304,77€;*
- *Desvio de verbas de 526.964,01€ ainda não reconhecido nos documentos de prestação de contas;*
- *Prática de empolamento na previsão das receitas de capital, com reduzidos índices anuais de execução, o que criou a possibilidade de realização/existência de despesas de elevado montante para as quais não havia efectiva capacidade de pagamento, violando assim o princípio do equilíbrio orçamental;*
- *Em 2010 despesa orçamental com significativa rigidez;*
- *Desequilíbrio da situação financeira de curto prazo em 2010, com perda de capacidade para fazer face a compromissos financeiros futuros;*
- *PMP a terceiros superior ao legalmente exigido e com tendência crescente;*
- *fragilidades ao nível de sistema de controlo interno e procedimentos contabilísticos.*

Aquele relatório, confirma aquilo que esta bancada já registou por diversas vezes, e manifestou na sessão de fevereiro deste ano, ou seja, a câmara sub-orçamenta despesa que sabe que vai ter, não a regista, é demasiado optimista na previsão da receita, manobrando contabilisticamente as rubricas de modo a fazer crer numa realidade que não existe.

Face ao anteriormente exposto, coloco a V. Exa. as seguintes questões:

V. Exa. conhecia estas não conformidades na gestão financeira do município?

Quais foram as medidas tomadas pelo executivo para corrigir as irregularidades detetadas?

Que garantias pode dar aos pombalenses quanto à gestão financeira municipal?"

Catarina Silva, cuja intervenção se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A finalizar o primeiro semestre deste desafiante 2013, é altura de fazer um balanço. Olhar para trás e pensar como podemos definir os caminhos a seguir no futuro.

E qual é o futuro de Pombal e dos Pombalenses?

Que caminhos deverão ser seguidos?

Quais são as grandes opções para Pombal e para os Pombalenses?

3 Questões desafiantes, 3 questões importantes para Pombal e para os Pombalenses.

O futuro tem que passar obrigatoriamente pelo contínuo crescimento individual, profissional e colético. O futuro passa por, o quanto antes, começarmos a gerir a obrigatória Mudança. Mudança de hábitos, formas de estar e ser. A promoção desta mudança pode e deve ser feita pelo município e duas áreas fulcrais para a mudança individual e coletiva é a Educação/Formação e o Empreendedorismo.

Porquê a aposta contínua na formação e educação? Porque ela é a base da sociedade em que vivemos. Esta nova era em que vivemos, em que as novas tecnologias dominam a sociedade e as pessoas, traz vantagens competitivas a cada Pombalense, traz novas competências e novas formas de aprender. No entanto estas novas formas de estar devem ser integradas naquilo que foi e é o nosso passado. É nesta inter-relação que está o segredo da formação e da educação. Devemos Estar em perfeita sintonia com aquilo que Fomos, com aquilo que Somos e com aquilo que Seremos. Esta saudável convivência é a chave do sucesso individual e conseqüentemente coletivo. Nesta dimensão é de louvar todas as iniciativas que compreendam o passado e futuro. Destaco por isso a iniciativa da Recriação Histórica da Feira das Galinhas e dos Cereais. Foi relembrar o que foi o nosso passado e destaco também o desfile “Chapéus há muitos ...”, relembrando a importância que teve a indústria de chapelaria em Pombal e dar a conhecer, de uma forma criativa, o contributo dado a este sector pelo Marquês de Pombal. Estas duas iniciativas, e todas aquelas que se assemelham, são de louvar, porque além de dinamizaram a Praça do Marquês de Pombal são ao mesmo tempo momentos de formação e educação para os mais velhos e mais novos.

A outra área de aposta, em tempos de crise como aquele que vivemos atualmente, é o empreendedorismo. Formalmente o “Empreendedorismo é o principal fator promotor do desenvolvimento económico e social de um país. Identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-las em negócio lucrativo. Esse é o papel do empreendedor”. Na prática o empreendedorismo não se deve confinar só à criação do próprio emprego, mas também à manutenção do mesmo. O empreendedorismo é e deve ser uma característica individual de todos e todas. Deve ser o motor para a nossa performance individual e profissional.

Neste sentido são de valorizar todas as iniciativas que promovam o espírito empreendedor como a Expofranchising este próximo fim de semana. É importante aproveitarmos estas iniciativas como passos para o crescimento, ganhando competências para a criação do próprio emprego, mesmo que esta criação passe pela manutenção do que já temos.

Aquilo que é importante responder, para depois agir em conformidade “temos Pombal empreendedor? Temos Pombalenses empreendedores?”

Fernando Carolino, que usou da palavra para intervir como se segue:

“A vida é uma guerra, um conflito constante onde travamos batalhas diárias que por vezes vencemos ou não. Mas o importante será estar presente nesses momentos. Nada mais emocionante que a obtenção de um resultado, seja ele positivo ou adverso as nossas convicções mas ao mesmo tempo, não existe nada mais frustrante que um não resultado forjado na ignorância, medo ou simplesmente no temor reverencial existente de quem é comandado para quem comanda. Não há pior cego, do que aquele que não quer ver. Não há pior doente, do que



MUNICÍPIO DE POMBAL

aquele que não se quer curar e certamente, não há pior cidadão/munícipe, aquele que desejando mudar, procurando mudar, querendo mudar, não sai do seu lugar. Mas que dizer ou pensar de quem nos governa, de um conjunto aleatório que fingem mandar, de um sem número de acólitos que sem pudor vão mantendo este “status quo” político, comparado com o cancro da mulher do meu melhor Amigo, com o desemprego precoce de alguns outros amigos e seus familiares, sim que dizer?

Basta! Chega! Quem não quer ser auxiliado, quem não quer ver o que é óbvio dispensa a minha modesta atenção. A árvore, bem mais perto de mim, precisa muito mais do que a floresta que tanto desejo ajudar. E, já nem aqui penso ou faço reflexão no que passou nestes anos idos e aqui passados. Do que aqui ouvi dizer e criticar a anterior governação. Deixo isso nas consciências de cada um. Agora, sejam vinte anos ou dois anos, a desculpa não pode ser sempre a mesma.

“A culpa é dos Socialistas que nos antecederam.”

Pois das duas uma, para o actual estado das coisas, ou é incompetência e falta de inteligência ou incapacidade e pequenez na ambição. Ainda pensei em adir ambas mas achei demasiado para a qualificação e há certamente alguma positividade no meio deste bagulho político. Termino, e porque também no PS em Pombal pode haver quem declame, com desagravo e subscrevendo o apelo nascido em 1871, em França, apesar de apresentar provecta idade se mantêm tão actual;

“De pé, oh vítimas da fome

De pé, famélicos da terra

Da ideia a chama já consome

A crosta bruta que a soterra

Cortai o mal bem pelo fundo

De pé, de pé, não mais senhores

Se nada somos em tal mundo

(...)

Façamos nós por nossas mãos

Tudo o que a nós nos diz respeito

(...)

O crime de rico, a lei o cobre

O Estado esmaga o oprimido

Não há direitos para o pobre

Ao rico tudo é permitido

À opressão não mais sujeitos

Somos iguais todos os seres

Não mais deveres sem direitos

Não mais direitos sem deveres

(...)”. Disse.”

Pedro Murinho, cuja intervenção se transcreve.

“Primeiro, quero prestar uma sentida homenagem ao Senhor D. João Alves, Bispo da Diocese de Coimbra durante 25 anos e que faleceu esta manhã, aos 87 anos, pessoa que muito admirava e que irei continuar a admirar, não só pela sua simplicidade, mas também pela sua presença junto das pessoas, era uma pessoa muito rica pela sua ponderação, com uma visão muito aberta da igreja e da mundo. Recordo com alegria as várias visitas que fez a Almagreira e a forma singular como abordava as pessoas. Nos vários contactos que tive com o Senhor D. João, sempre senti nele uma pessoa muito afável e disponível para ajudar a encontrar soluções para os problemas sociais que a diocese apresentava.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A 8 de Setembro de 1975 foi nomeado Bispo Auxiliar de Coimbra, tendo sido Bispo Diocesano de Coimbra a partir de 08 de Setembro de 1976, foi ainda Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa durante dois mandatos. Após completar os 75 anos e tendo pedido resignação ao Santo Padre, passou a Bispo emérito de Coimbra, em Março de 2001, sucedendo-lhe D. Albino Cleto. Os anos como Bispo emérito de Coimbra, passou-os a fazer algo que também gostava imenso, publicando artigos de opinião acerca da vida da igreja e da sociedade, orientando ainda muitos retiros e encontros de formação dentro e fora da diocese. Que Deus o receba na alegria dos Santos.

Não sendo a primeira vez que o assunto TDT vem a este plenário, não posso deixar passar a oportunidade de reclamar, mais uma vez, o mau serviço de televisão digital terrestre que ainda é prestado em algumas zonas do nosso concelho, por vezes é desesperante quando tentamos ver um qualquer programa televisivo e não o conseguimos, devido às constantes falhas de sinal que existem. Peço à autarquia que interceda junto das entidades competentes, para que se dignem a melhorar a qualidade do serviço prestado, nas zonas onde as falhas ainda acontecem.

Na realidade, o grande tema da atualidade pombalense é, de facto, a sentença do tribunal que condenou o banco BPI a pagar mais de € 400.000,00 à Câmara Municipal de Pombal, resultado do desvio de dinheiro da conta da Câmara por parte de um seu ex funcionário. O Tribunal deu como provado que, sem qualquer autorização para movimentar a conta do Município, o ex funcionário transferiu, de forma ilícita, dinheiro desta Câmara para as contas particulares que tinha. O tribunal considerou que este desvio foi uma violação do contrato de depósito firmado ente a instituição bancária e o Município, provando-se que os funcionários bancários não agiram como deviam, ao facilitarem e ao contribuírem para a concretização deste desfalque, tornando o Banco o único responsável pelos seus atos.

Na minha intervenção quero centrar-me, apenas, no facto de o Tribunal ter entendido que a autarquia não é passível de um juízo de censura, uma vez que o funcionário estava unicamente incumbido de fazer as reconciliações bancárias, sem autorização para movimentos, contrariamente a tudo aquilo que a oposição foi deixando aqui fazer crer, nesta sala, em quase todas as Assembleias Municipais, depois de conhecido o desfalque, acusando o Eng.º Narciso Mota de ser o único responsável político e de ter sido conivente com o desfalque.

Julgo que se fez justiça, demonstrando-se que o único responsável pelo desfalque foi, além do funcionário, o Banco, por tê-lo permitido.

Há aqui algumas afirmações que foram ditas e que eu quero reavivar, que só serviram para denegrir a imagem do Eng.º Narciso Mota, que agora quero repor.

Lembro-me que, em Dezembro de 2010, o meu colega, Fernando Carolino, dizia: “Há somente para nós um responsável político neste acontecimento, e as suas reais consequências, sendo esse responsável o Senhor Eng.º Narciso Mota”. Para além do colega André Coelho dizer que o Eng.º Narciso Mota, era conivente com este desfalque. Desculpem a minha ousadia, mas, na verdade, sempre se soube que na bancada do partido socialista, nunca houve muita vontade para apurar outra coisa que não fosse a responsabilidade política neste caso.

Ficou agora provado que as responsabilidades administrativas e financeiras, era à justiça que competia decidir, e que as responsabilidades políticas que tanto queriam empurrar para o Senhor Presidente da Câmara, caíram por terra.

Penso que não restam dúvidas a ninguém que a Câmara vê, nesta sentença, reparados os seus prejuízos, depois há os prejuízos morais e esses, o Senhor Presidente não os vai conseguir reparar, tal foi a gravidade das acusações a que foi sujeito nesta mesma casa. Tenho pena que



MUNICÍPIO DE POMBAL

hoje não esteja presente a pessoa que disse, nesta mesma sala, que o Eng.º Narciso Mota foi conivente com este desfalque, para se retratar das palavras que aqui proferiu.

Para terminar, não posso deixar de sublinhar a pronta intervenção das entidades competentes, bem como a celeridade da decisão por parte do Tribunal, coisa que não esperava para tão cedo.

Uma única palavra para a Câmara, e em particular para o Senhor Presidente, e para o Senhor Presidente da Assembleia, o primeiro pela paciência que teve na abordagem ao assunto, sempre consciente que a razão lhe assistia, e o segundo pela forma serena como a Assembleia Municipal e o seu Presidente, deixaram que as instituições funcionassem. É caso para dizer, Justiça para a Justiça, e foi o que aconteceu.”

Edite Santos, cuja intervenção é do seguinte teor:

“A minha intervenção tem por base a situação da unidade de Pombal, equipa de tratamento de Pombal, ex IDT. A equipa de Pombal do ex IDT presta cuidados especializados a pessoas com problemas de dependência, nomeadamente, toxicod dependência e alcoolismo, desde 1998. Dispõe também de uma consulta de jovens em risco, consulta de prevenção.

Com a extinção do Instituto da Droga e Toxicod dependência, as unidades de tratamento foram integradas nas administrações regionais de saúde, pertencendo a unidade de Pombal à ARS Centro. Com a recente legislação, que não autoriza a acumulação de funções, nomeadamente de médicos e enfermeiros, e com a impossibilidade de contratar novos profissionais por motivos orçamentais, temos vindo a assistir, nos diferentes serviços, a um natural esvaziamento de técnicos, médicos e enfermeiros, pondo em causa o normal funcionamento dos serviços.

A partir de 1 de julho, próximo, a equipa de tratamento de Pombal, deixará de ter enfermeiro e médico, por acumulação de funções. Os utentes desta instituição, apercebendo-se de todas as mudanças e com a possibilidade de perderem esta resposta de proximidade, já organizaram um abaixo-assinado e manifestaram as suas preocupações. Outros recusaram encaminhamento para outras estruturas, desistindo do tratamento, e outros, ainda, preferiram manifestar-se violentamente e agressivamente, caso necessário.

A integridade física e psicológica dos técnicos que se mantêm no serviço encontra-se seriamente ameaçada pelos constantes episódios de agressividade e violência manifestada por estes utentes, e referir também, que o serviço deixou de ter segurança desde 2007, correndo sérios riscos, não só de haver recaídas nos consumos, aumentando desta forma também o risco de aumentar a criminalidade, os furtos, e até o próprio tráfico, tornando-se um problema para o nosso concelho. Assim, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem mantido contactos com responsáveis por estes serviços, ou que medidas pensa tomar, relativamente a esta matéria.”

Fernando Matias, cuja intervenção se transcreve:

“Só queria deixar aqui duas notas e fazer uma pergunta, para ser célere. Para fazer um ponto da situação sobre o avançar da construção da ETAR Almagreira/Pelariga, cuja conclusão estará prevista por volta de novembro, deste ano. A obra avança a bom ritmo, é uma obra necessária e que irá responder a três freguesias do nosso Concelho. Também gostaria de fazer aqui um pedido ao executivo da Câmara, para a necessidade de limpeza e desassoreamento da Ribeira de Carnide, que é, no fundo, uma linha de água extremamente importante, e que passa em várias freguesias, como Carnide, Mata Mourisca, Almagreira e Louriçal, e que, no passado, era uma bacia onde havia uma intensa atividade agrícola, nomeadamente, culturas de arroz. Penso que seria importante, embora a responsabilidade não seja do Município, que o executivo comece a desenvolver, junto das entidades competentes, a força necessária para que se comece a cuidar dessa linha.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por último, gostaria de deixar a seguinte pergunta: qual o estado da reposição das margens do Rio Arunca, na zona de Almagreira e Pelariga.”

António Roque, que usou da palavra como se segue:

“Quero hoje, aqui, falar dos parques industriais do nosso concelho. A minha empresa está instalada no parque industrial mais antigo do concelho, a Zona Industrial da Formiga, felizmente, conheço todas as zonas industriais do concelho, pois tenho clientes em todas elas e, o que mais me entristece, é verificar que a Zona Industrial da Formiga começa a ficar degradada na sua rede viária e que a Zona Industrial do Louriçal, não passa de um aglomerado de barracões, sem qualquer infraestrutura.

Há vinte anos que ouço o Senhor Presidente da Câmara falar do empreendedorismo das gentes do Louriçal. Gostaria então de perguntar em que estado está o processo desse Parque Industrial e para quando o início da obra.”

Aires Moreira, que fez a intervenção abaixo:

“Estas minhas palavras vão ser breves, queria só lembrar o Sr. Presidente da Câmara que, como dizia aqui o meu amigo, Fernando Matias, a ETAR, no final do ano, estará a funcionar, e o que me estou a aperceber é que a Pelariga vai continuar sem ter o saneamento a funcionar, devido a um proprietário que, por sinal, nas últimas eleições, andou nos outdoors a dizer “Unidos pela Freguesia” e esses outdoors eram do PS, espero bem que desta vez não esteja lá colocado também, porque é ele que está a encravar o trabalho numa distância de 50mts.

Senhor Presidente, há anos que ando a alertar para aquilo que vai acontecer, e não tenho dúvidas que vai acontecer, a ETAR vai estar a funcionar e a Pelariga está sem saneamento, pelo bel-prazer de uma família. Nós temos tribunais, nós temos tudo para acionar, e já devia estar feito, mas vou aguardar com esperança que isso vá funcionar. Quero também que o Senhor Presidente dê um jeitinho na electrificação, que há uns anos prometemos, do parque de merendas, de facto a Câmara já fez tudo, está tudo preparado, mas agora falta a EDP colocar um PT, e não tenho dúvidas que antes de nós terminarmos o nosso mandato, irá ser concluído, mas preciso da sua ajuda para que isso seja uma realidade.

Agora, como estamos na reta final, Senhor Presidente, e são 20 anos de que me orgulho muito de ser o Presidente de Junta de Freguesia da Pelariga, posso-lhe dizer que foi um orgulho enorme ter Narciso Mota a apoiar-me, a ajudar-me, a ajudar a minha freguesia, a ajudar o meu concelho. Foi um prazer enorme! Custa-me muitas vezes, e já saí daqui triste, por ver a maneira como o senhor é atacado.

Falava-se há pouco tempo no desvio do dinheiro. Assisti aqui a tudo, só não disseram que o senhor desviou o dinheiro por pouco, estiveram quase a dizer isso, e o senhor hoje deu provas, aliás, eu já tinha lido.

Posso dizer que neste fim-de-semana, houve as festas de São João, que foram um sucesso na Pelariga, e, por sinal, ia para cumprimentar alguém da família, mas quando vi alguém ao lado, o ladrão, já não cumprimentei ninguém. Fiquei revoltado, porque todos fomos roubados.

É uma tristeza, tudo o que se passou, mas para mim, o mais triste, é quererem condenar Narciso Mota, por um ato de que não teve culpa nenhuma. O tempo dá sempre razão a quem a tem, e deu razão a isto tudo.

Também não posso deixar passar em vão, até porque vamos ter só mais uma sessão de Assembleia, e eu não sei se vou estar presente ou não.

Eu fui empurrado para a política, não sei se sou político ou não, meteram-me nisto.

Um dia, ainda o Dr. Grilo estava há poucos meses como Presidente da Assembleia, já alguém da Bancada do PS pedia a sua cabeça, a pedir a sua demissão! Fui para casa a pensar assim: “Mas



MUNICÍPIO DE POMBAL

que garotada, pá!” Não pode ser assim, vocês com certeza que se recordam desse dia. Vamos enfrentar a política com mais realismo e compreensão.

Eu só tenho que agradecer a todos vós, especialmente ao Narciso Mota, pelo empenho que ele teve, durante estes 20 anos, não só pela minha freguesia, mas pelo concelho de Pombal.”

Américo Ferreira, que interveio como se transcreve:

“A minha intervenção é, em primeiro lugar, para dar os parabéns ao Presidente da Câmara, pois fez ver à Bancada Socialista, que andou aqui, uns anos, a bombardeá-lo inocentemente. Isso é um crime. Não se pode chamar ladrão a um homem que seja honesto. Foi verdade! Andámos aqui dois anos a bombardear o homem. É uma injustiça! Como é que vocês querem ganhar uma Câmara, se veem dizer que nenhuma obra serve para o Concelho? O Partido Socialista nunca pode ganhar a Câmara. É tudo mau!

“Quem não se sente, não é filho de boa gente”, por isso eu passei este mandato, aqui, com menos respeito dentro desta sala, e já acompanho isto desde 1980. Foi o mandato onde houve mais provocação, não respeitaram ninguém e temos de respeitar para sermos respeitados.”

Pedro Brilhante, que fez a intervenção seguinte:

“Gostaria de começar a minha intervenção por salientar algo que me enche de orgulho enquanto membro desta Assembleia e enquanto responsável da JSD. É um orgulho para nós que acreditamos que a política está e só pode estar ao serviço das pessoas, ver o projecto do parque verde finalmente a arrancar no nosso concelho. É uma luta antiga que levamos a cabo, defendemo-la muitas vezes, nesta mesma casa, durante o presente mandato e ao longo de mais de 10 anos em diversas actividades e iniciativas.

Dizer que a solução encontrada pelo executivo é ainda melhor do que a que tínhamos inicialmente proposto. Portanto é justo reconhecer e prestar o louvor devido a todo o executivo por se ter focado neste projecto, por ter percebido a sua mais-valia e ter encontrado a melhor solução possível.

Esta é de facto, a prova que podemos fazer a diferença, quando acreditamos, quando nos empenhamos e quando nos esforçamos para tornar real as nossas ideias e convicções. Desta forma, podemos afirmar que este executivo camarário, em conjunto com a JSD, contribuiu e muito, para que as pessoas possam voltar a acreditar na política.

O segundo assunto que trago, é outro que me toca particularmente, pois fui muitos anos atleta federado neste clube e na mesma modalidade da equipa que a seguir pretendo homenagear. No passado dia 10 de junho a equipa de Basquetebol sub-16 feminina, do Núcleo de Desporto Amador de Pombal sagrou-se campeã da taça nacional em Lisboa. Este é um feito histórico e que muito nos deve orgulhar a todos, sendo que tem carimbado no seu êxito a marca de qualidade de Formação desportiva e humana do NDAP ao longo dos seus muitos anos de existência. Estão todos de parabéns, os atletas, os treinadores, os dirigentes e não menos importante o encarregados de educação que têm neste clube um papel fundamental.

Mas não queria terminar sem deixar também aqui uma nota sobre o assunto que mais se discute hoje, nesta tarde de exercício político, o assunto do Desfalque dos 500 mil euros.

Para dar relevância a 2 pontos apenas:

- o primeiro, a acção do executivo, em não esconder o problema, em não o ignorar em tempo algum... actuando de imediato e nunca desistindo de descobrir a verdade. Este foi, com toda a certeza, um factor determinante para que pudéssemos hoje ter este feliz desfecho, ao contrário de outros... que com insultos, insinuações injustas e mentirosas, nunca contribuíram para a resolução do problema.



MUNICÍPIO DE POMBAL

- E mesmo quando o desfecho se conhece e se percebe que afinal, a razão não se aproxima em nada, daquelas que tinham sido as suas posições... a atitude não é a de reconhecer o erro, de pedir desculpa a quem de direito, nem muito menos de contentamento por se verificar que Pombal e os pombalenses saem sem perda desta situação. Meus senhores, o segundo facto importante a constatar, é que quando Pombal ganha, este Partido Socialista sente-se, tão e somente, derrotado!

João Santos, cuja intervenção se segue:

“Inicio esta minha intervenção reconhecendo o mérito que alguns pombalenses, particularmente jovens, tem vindo a ser reconhecido fora do concelho. Refiro-me à fantástica prestação tida por três jovens estudantes da Escola Secundária de Pombal, no âmbito do programa Parlamento Jovem, programa este que visa formar para a cidadania, para a intervenção política, e suscitar aos jovens o interesse pela causa pública.

Os três jovens: o João Parreira, o João Matias e o Ricardo Pinheiro foram representar, enquanto deputados, a Escola Secundária de Pombal, na sessão distrital. No total de 21 escolas presentes, foram apresentados projectos de resolução, tendo o projecto apresentado por estes três jovens, sido aprovado como projecto base.

Destas 21 escolas só 4 passaram à fase nacional, que decorreu na Assembleia da Republica durante 2 dias. No primeiro dia o projecto de Pombal voltou a ser eleito como projecto de base de entre vários possíveis e na sessão plenária ou seja no segundo dia dos trabalhos, uma das mediadas apresentadas por estes jovens fez parte das 10 medidas finais que agora irão ser discutidas a sério neste caso na verdadeira Assembleia da Republica em plenário.

O João Parreira, o João Matias e o Ricardo Pinheiro merecem o nosso reconhecimento público, em primeiro lugar pelo seu valor, por terem elevado o nome de Pombal e por terem honrado todos os jovens, sendo o exemplo de que a política consegue cativar os mais novos que querem dar o seu contributo para uma sociedade melhor.

Numa segunda fase da minha intervenção, quero aqui felicitar a Câmara Municipal de Pombal, em particular o senhor Vereador da Juventude, Fernando Parreira, pela realização de mais uma feira da juventude e pela preocupação que demonstrou em sede de Conselho Municipal de Juventude, ao procurar recolher ideias, contributos e opiniões para melhorar esta iniciativa. A feira da juventude realizou-se no fim-de-semana de 1 e 2 de junho e contou com várias actividades e exposições. Actividades desportivas, provas de cinotecnia, ginástica, equitação, insufláveis, jogos tradicionais, concertos, demonstrações de esgrima, danças e a presença e participação de escolas e associações de todo o concelho. Tudo isto foi possível num fim-de-semana. Calcula-se que tenham passado por este evento mais de 5.000 jovens o que retrata a dimensão e a projecção deste evento.

Só temos a anotar um ponto negativo: numa época em que as juventudes partidárias nascem como cogumelos em Pombal, algo positivo a bem da pluralidade democrática, lamentamos que quando chamados a estar perto da juventude, a marcarem presença nesta feira da juventude, não o tenham feito ou, em alguns casos, tendo confirmado essa presença, faltarem à posteriori, ou ainda, no caso dos que até marcaram presença não o terem feito com a responsabilidade, o sentido de missão e o respeito pelos jovens pombalenses que se exigia, como foi somente apanágio da JSD.

Para terminar, não me levarão a mal que faça alusão a um tema muito abordado aqui hoje, mas que, dada a importância do mesmo, se justifica. Refiro-me, claro está, à sentença relativa ao desvio de dinheiros que ocorreu nesta Câmara. A decisão do tribunal de 1.ª instância foi a que se esperava, a que era expectável para quem tivesse feito uma análise exterior e isenta dos factos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

para quem não estivesse motivado por outros interesses e por outras intenções que não a descoberta da verdade e a condenação dos culpados.

Já muito foi dito sobre este processo, e muito ainda se dirá, porém, o que se pode retirar desta decisão judicial, pese embora os recursos que ainda podem existir, é que nem minimamente foi beliscada a verticalidade, a boa fé, a honestidade e a honra do Senhor Presidente de Câmara e de todo o executivo, devendo, todos aqueles que colocaram em causa estas evidências, um pedido de desculpas aos visados e a todos os pombalenses.”

Carlos Domingues, que fez a intervenção que se segue:

“Vamos inaugurar em breve o novo Pólo Escolar da Ilha, uma obra há muito desejada pela população da Freguesia da Ilha.

Em jeito de balanço, começo por agradecer à Câmara Municipal de Pombal e a todos os Técnicos Municipais envolvidos neste projecto. Posso dizer que tudo o que seria expectável pedir dos órgãos de Poder Local excedeu as expectativas.

O novo Pólo Escolar era uma ambição nossa desde que fui eleito Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, e estes 12 anos de trabalho, de reuniões, de ambições de toda uma população, e já depois da inauguração do novo edifício da Pré-Primária em 2009, culminam agora nesta grande alegria que é para a população da Ilha poder usufruir deste novo equipamento, que sem dúvida desempenhará um papel muito importante na educação do nosso futuro, das nossas crianças.

Também os melhoramentos que levámos a cabo ao longo destes últimos anos nas escolas existentes são dignos de nota. Tanto as actividades extracurriculares como o serviço de almoços foram criados nestes últimos 12 anos, e terminam agora da melhor forma, passando a ser assegurados no novo Pólo Escolar.

Uma obra também de referência nos últimos anos na Freguesia, e muito importante do ponto de vista social e humano, foi a construção do Centro Social e Paroquial.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal soube sem dúvida estimular a paróquia e a população, para que se unissem e conseguissem levar a bom porto estas obras tão importantes para a Freguesia, o Centro de Dia e a Creche, construído em 2002, e agora o Lar.

Quando assim é, quando sentimos um apoio tão grande como o que o Sr. Presidente da Câmara sabe manifestar, só podemos querer fazer melhor. Porque se os meios são importantes, eu diria que a presença, a ajuda, o comprometimento do Sr. Presidente foi muito, mas mesmo muito mais importante.

A nível de acessibilidades, a Ilha está hoje mais bem servida. As intervenções levadas a cabo na estrada 531, uma via importante que permite o acesso à sede do Concelho, e na estrada 531-1, que liga o Marco à Guia, dotam a Freguesia de melhores condições e acessos rodoviários de qualidade. Igualmente, os mais de 50 km de asfalto nas estradas da Freguesia, ao longo destes 20 anos, contribuíram sem dúvida para uma melhoria da rede viária na Freguesia que contribui para uma melhor qualidade de vida.

O projecto de saneamento está concluído e já iniciado.

Os arranjos urbanísticos na zona da Igreja e a aquisição de terrenos ao lado do Pólo escolar, que recentemente foram delimitados e passam a constituir um espaço amplo, central, agradável e próximo, que poderá no futuro servir para implantar outros equipamentos que beneficiem a população, são também outros exemplos da melhoria de qualidade de vida que nestes anos se operou na Ilha, e ainda de expectativas de um futuro igualmente de melhorias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Parque de lazer, um espaço verde de referência da Freguesia, um sítio agradável, que as pessoas acarinham e que é frequentado pelas famílias, foi também uma das intervenções levadas a cabo ao longo destes anos, e que contribuiu também para uma melhoria de qualidade de vida.

A Ilha é conhecida pelo bairrismo das suas gentes, e o apoio às Associações, tanto da parte da Junta de Freguesia da Ilha, como da parte da Câmara Municipal, foi também uma constante, e uma das principais linhas de acção destes 12 anos. Sabemos que a grande força da Ilha são as pessoas, é o seu bairrismo, e não poderíamos ignorar esta grande mais-valia. Não poderíamos ignorar o papel que associações como o Grupo Desportivo da Ilha, a Filarmónica, as associações locais, e outras associações culturais e recreativas, desempenham na promoção de um clima de bem-estar e desenvolvimento humano, e foi sempre nosso objectivo lutar para que tivessem as melhores condições e apoios para levar a cabo a sua tarefa.

Uma vez mais, quero salientar a importância que é para nós, para todos os Ilhenses, o apoio do Sr. Presidente, a presença do Sr. Presidente nos aniversários das Associações, nas confraternizações, nas celebrações que levamos a cabo. Ver o Sr. Presidente a estar connosco, contar com a sua presença nas habituais celebrações de aniversário do Grupo Desportivo da Ilha, no dia 15 de Agosto, em celebrações em outros feriados, saber que o Sr. Presidente tem por vezes de abdicar da vida familiar para estar connosco, é para nós, Junta de Freguesia, um sinal do apreço e da estima que o Sr. Presidente tem por nós, e é uma grande motivação, e sei que para todos os Ilhenses também. Tanto a mera presença como os discursos que o Sr. Presidente depois faz, reconhecendo tudo aquilo para que lutamos, a motivação que consegue transmitir, são de facto de grande valor para nós. Os Ilhenses sentem-se sem dúvida motivados para fazer mais. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

Nos próximos dias 30 e 31 de Agosto e 1 de Setembro terá lugar a 18ª edição das Tasquinhas da Ilha, um certame em que se pode confirmar o bairrismo, a união, e a vontade de contribuir para um futuro melhor que sempre caracterizou as gentes da Ilha. É já uma referência regional, e estou certo que mais uma vez as gentes da Ilha estarão unidas em torno do carinho que sentem pela sua terra. Devo referir que já teve lugar uma reunião preparatória, com vista à realização do certame, e foi possível observar a enorme força de vontade, a enorme mobilização em torno desta causa, característica que aliás já é conhecida.

Felizmente o que mais gostávamos de fazer está feito. Nestes 12 anos vimos grandes avanços ao nível de qualidade de vida na Freguesia da Ilha. E as intervenções levadas a cabo são intervenções que de facto se justificam, cobrem necessidades reais, e fazem realmente a diferença.

Terminar desta forma é uma alegria muito grande para mim, como Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, mas sobretudo como Ilhense, e sei que para todos os meus conterrâneos também.

É uma alegria ver como tudo se desenvolveu, e só podemos dizer obrigado e bem-hajam.”

Joaquim Branco, que apresentou a seguinte reclamação:

“Peço a palavra para apresentar um protesto.

Nos termos do artigo 36.º do Regimento, é permitida a intervenção individualista dos membros da Assembleia. Indo para o artigo 13.º, cabe ao Presidente da Mesa gerir a bancada, nada está previsto, no sentido de que é a bancada que gere e, remetendo obviamente para a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13.º, o nosso regime é democrático, não é estalinista nem leninista, em que uma pessoa pode tirar o direito a outra.

A divisão do tempo como tem sido feita hoje, em nome do artigo 13.º da Constituição, que rege este país, mas que este Governo não quer, é que os tempos, quando o Presidente da Mesa pede a



MUNICÍPIO DE POMBAL

inscrição, devem ser iguais para todos, a igualdade é um princípio de que eu não prescindo. A igualdade do artigo 13.º sobrepõe-se a este regimento. E este regimento não diz que qualquer um pode tirar o direito da bancada.

Em nome do protesto que apresentei quero saber quanto tempo tenho para falar.”

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Dr. Joaquim Branco tinha 3 minutos para usar da palavra.

De seguida deu a palavra ao **Secretário da Mesa**, que fez a seguinte intervenção:

“Custa-me muito ter que intervir, porque não esperava que isto se viesse a passar.

Mas tenho de esclarecer que o PSD tem direito a falar quarenta e dois minutos. O PS dezanove minutos.

O PS não gastou ainda os seus dezanove minutos, por isso a Dr.ª Odete está inscrita outra vez para falar, porque pode inscrever-se segunda vez.

Isto vai perfazer mais de uma hora. E o período de antes da ordem do dia é de uma hora. A Assembleia pode prolongar o tempo do período de antes da ordem do dia, e é o que vai acontecer aqui hoje. Mas tenho de dizer que aqui, hoje, todos, ou quase todos, nos faltaram ao respeito porque, por várias vezes, o Senhor Presidente da Assembleia pediu para acabarem as intervenções e fizeram de conta que não ouviram ninguém.

Eu peço desculpa se vos estou a ofender, mas isto, quanto a mim, é uma falta de respeito. Nunca a ninguém, nesta sala, tirando um elemento do PS - que eu me lembre - se retirou a palavra, e aconteceu porque o Senhor Presidente da Câmara não tinha ainda falado e nós retirámos a palavra a um membro. O que vai acontecer é o seguinte, e quanto a mim, enquanto eu estiver aqui é a última vez que se faz.

A Assembleia tem competência para poder alargar o período de antes da ordem do dia, e isso irá acontecer, para que ninguém fique sem falar, mas digo-vos meus amigos, se eu estivesse no lugar do Dr. Grilo, quem ultrapassou os tempos não tinha falado.”

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou a votação o prolongamento das intervenções na generalidade, por mais 15 minutos, tendo sido aprovado, por maioria, com três votos contra e duas abstenções.

Nesta altura o membro **Victor Gomes**, pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Numa última Assembleia onde estive o Senhor Vereador Diogo Mateus a presidir aos trabalhos, cortaram-me a palavra porque a minha bancada tinha esgotado o tempo. Portanto, se a lei é igual para todos, aqui dentro, tem de se respeitar para todos. A partir deste momento eu não estou aqui a fazer nada, porque não estou a ser respeitado.”

Odete Alves, pediu um ponto de ordem à Mesa, referindo o seguinte:

“Na sequência de tudo o que aqui se passou, e todos temos na memória aquilo que se passou na última Assembleia, a Bancada do PS esgotando o seu tempo disponível, não pôde falar, já não funcionava a questão da democracia. Eu gostava que o Senhor Presidente da Assembleia explicasse, aqui, qual é o critério que lhe permite, numa Assembleia impedir que o Partido Socialista possa falar, e já agora agradecia que também me ouvisse, até porque, quem propôs este prolongamento foi a própria Mesa. Ninguém das bancadas propôs este prolongamento, quem o fez foi o Senhor Presidente da Assembleia, e eu gostava sinceramente de ter visto esta atuação também na última Assembleia. Portanto, é legítimo que esta bancada pergunte aqui qual é o critério. Se é só um critério de cor partidária, ou se é outro motivo que nós desconhecemos? É isso que eu quero saber.”

O Senhor Presidente da Assembleia, respondeu como se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Em primeiro lugar, o papel da Mesa e do Presidente da Mesa, é procurar manter o respeito máximo pelo Regimento. Segundo, qualquer alteração que surja no seio da mesma, de certeza que não é profícua, nem proveitosa para o desenrolar dos trabalhos. Terceiro, depreende-se destas três afirmações, que mantendo a disciplina da própria Assembleia, interrogue a Mesa e faça um juízo conjunto, por isso é que cá estão e que ajudam a dirigir os trabalhos.

Não tendo havido uma solicitação direta, na última Assembleia, como foi agora verbalizada, o Presidente da Mesa, também com os restantes elementos, achou por bem, dar cumprimento ao que tinha estipulado. Não tenho mais nada a dizer.”

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao membro **Joaquim Branco**, que fez a seguinte intervenção:

“No dia dez de junho deste ano, o Senhor Presidente da República, fez uma afirmação que me chocou profundamente, ao dizer que antes de Portugal entrar para a Comunidade Europeia tínhamos uma agricultura de miséria.

Como deputado municipal quero confirmar que, a partir de 1986, a agricultura no concelho entrou na miséria. O setor produtivo diminuiu mais de noventa por cento. O setor florestal tem os preços congelados há vinte e seis anos. O setor produtivo, ao nível das madeiras encerrou, há freguesias que não têm uma serração. O poder de compra dos agricultores diminuiu mais de noventa por cento. A política do pousio, fez com que a produção de trigo ou de milho, quase se resumisse a uma subsistência. Contra factos não há argumentos.

Gostaria de o convidar a vir a Pombal e a visitar as unidades agrícolas que foram exterminadas, com o pagamento, em que noventa por cento dos subsídios, eram recebidos por nove entidades que existiam neste país. Não se debruçou quanto ao problema, que já existe no concelho de Pombal em que os produtores florestais não conseguem escoar a produção de pinho bravo. Continua abandonado nos pinhais, delapidada e vendida a preços de há cinquenta anos.

Choca-me a intervenção de uma Presidência da República, que teve uma intervenção profunda na destruição do setor agrícola e, nomeadamente antes da entrada na comunidade económica europeia, há um concessionário de máquinas agrícolas, que viu o nome de Portugal lançado no Japão, como maior vendedor de máquinas, o que não aconteceu depois de 1986. Contra factos não há argumentos. Convidaria o Senhor Presidente da República, a ver as ribeiras dos rios Cabrunca e Arunca, verificando ortofotomapas, como eram em 1985 e como são nos dias de hoje, completamente abandonadas.

Preocupa-me que o Senhor Presidente da República, como governante, tenho feito auto estradas e não tenha feito nenhum plano de fomento agrícola nacional, nomeadamente criando unidades agrícolas produtivas e as tenha exterminado completamente.

Os Portugueses deixaram de produzir para comprar BMW e Mercedes, carros importados da Europa, sucata podre e descendo o imposto automóvel.

Gostaria de questionar o Senhor Presidente da Republica, sobre esta questão e mais questões que se poderão verificar no concelho de Pombal.”

Rodrigues Marques, que fez a intervenção abaixo:

“Antes de ir ao que venho, permita-me três pequenos flashes. Primeiro solidarizar-me com o Senhor Presidente da Mesa, por aquilo que aconteceu e lamentando-o, o segundo, é comungar com o Senhor Presidente da Câmara na alegria da justiça que foi feita, e o terceiro, ali para o nosso companheiro Fernando Carolino, pelo poema que ele aqui nos declamou.

Ao que venho, era convidar-vos para irem, às festas de S. Pedro, à de Albergaria dos Doze e à de Almagreira, são bem vindos, quer num lado, quer no outro.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel António, cuja intervenção se segue:

“Também faço minhas as palavras do Eng.º Rodrigues Marques, nomeadamente, solidarizando-me com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque desejo sinceramente que o próximo Presidente da Assembleia Municipal, tenha os trabalhos mais facilitados do que este último e presente Presidente da Assembleia. A nossa atuação, realmente, não tem sido muito digna e não temos facilitado, de forma alguma, a boa condução dos trabalhos e, caros colegas deputados, há momentos em que nos esquecemos que a democracia deve funcionar.

Há pouco, quando se votou o prolongamento do tempo da discussão do período de antes da ordem do dia, teria sido bonito, e até era uma “bofetada de luva branca” que vocês nos davam, a nós PSD, mas não souberam dar, de que o prolongamento do tempo podia ter tido a vossa votação favorável, no entanto, optaram por uma votação contrária.

Senhor Presidente, eu pedi a palavra para fazer um esclarecimento a esta Assembleia, dois pedidos de informação ao Senhor Presidente de Câmara, uma congratulação e um convite.

O esclarecimento tem a ver com a estação de correios da Guia, que foi aqui discutida na última Assembleia Municipal, em Abril, e agradecer a todos os intervenientes no sentido de garantir a continuidade do serviço público, que é disso que se trata, dos CTT, apesar de todo o processo ter sido uma precipitação, por parte dos CTT e até digo mesmo lesivo dos interesses dos utentes dos CTT, na vila da Guia na zona oeste do concelho, esta situação é um mal menor, garantindo-se assim uma parceria entre a Junta de Freguesia da Guia e os CTT, no entanto não era a situação ideal, porque vai permanecer a ausência de uma estação, a ser gerida pelos CTT entre Leiria e a Figueira e, no concelho de Pombal, apenas vai existir uma estação de correios gerida pelos CTT. O segundo ponto são dois pedidos de informação, um, que já foi aqui também adiantado pela bancada do PS, tem a ver com o IDT ou o CAT de Pombal. A Junta de Freguesia tem estabelecido algumas parcerias com este organismo, nomeadamente, na reabilitação de alguns toxicodependentes e alcoólicos, e julgo que esse trabalho é extremamente meritório na área social.

Senhor Presidente, gostaria também de ouvir algumas palavras no sentido de saber se a Câmara tem sido informada pelos serviços competentes, do que é que vai acontecer e se este serviço se vai manter, porque eu sou testemunha da importância da reabilitação, a Junta ainda tem a decorrer alguns programas com situações sociais degradantes.

Outro ponto da informação tem a ver com a linha do Oeste, esta linha serve também a Guia e o Carriço, onde existem estações, a da Guia e a do Carriço, conhecida por estação do Louriçal, há uma alteração dos serviços de comboios, que é publicitada como sendo bastante positiva. A Junta de Freguesia da Guia nunca chegou qualquer informação da CP, e gostaríamos de saber se, apesar de os comboios passarem, se realmente também param para apanhar passageiros do concelho de Pombal, nomeadamente, na estação da Guia, e estação do Louriçal, na freguesia do Carriço, porque realmente isso era da maior importância, que aquela zona Oeste ficasse garantida com alguma prestação de serviço, no entanto, é muito positivo saber que a linha do Oeste vai ter esta reabilitação naquilo que será o uso no transporte de pessoas.

Quero-me congratular com a escolha, pelo Corpo Nacional de Escutas do concelho de Pombal para realizar o Sétimo Jambeiras, mais de 1500 escuteiros entre o dia 3 e o dia 9 de agosto, o que era para acontecer na freguesia do Carriço, na zona da praia do Osso da Baleia, mas que, por impedimento dos serviços florestais, acabou por vir parar à Fonte das Cabecinhas e, por isso, é com grande satisfação, que recebemos esta iniciativa de uma instituição tão nobre, em prol dos jovens do concelho e da nossa diocese.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Finalmente, um convite. O Senhor Presidente da Assembleia, no início, quando falou do expediente, referiu um convite que a Junta de Freguesia lhe fez, mas ficam desde já todos convidados, obviamente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara (que também recebeu um convite pessoal) para o 10.º Aniversário da elevação da Guia a Vila.

Iremos também ter algumas iniciativas, como a inauguração da ETAR da Guia, do Jardim de infância e da escola primária da Guia, edifícios que foram requalificados e de que oportunamente daremos a devida nota, mas ficam desde já todos convidados para estas comemorações, que serão no domingo, dia 7, a partir das 3h00 da tarde.”

Odete Alves, que interveio da seguinte forma:

“Aproveito esta intervenção para lamentar o que sucedeu, aqui, nesta sessão da Assembleia Municipal, o que já não nos surpreende, porque, na verdade, desde o seu início, todas as sessões da Assembleia Municipal, decorreram com incidentes, a maior parte deles lamentáveis porque punham em causa, muitas vezes, a liberdade desta bancada poder dizer aquilo que tinha para dizer, e que ficaram muitas coisas por dizer, até por causa desses incidentes, pelo que é no mínimo estranho que venham aqui pessoas acusar-nos de determinadas situações, quando esta bancada nunca o fez e determinadas situações, foram aqui chamadas, exatamente por alguns elementos da bancada do PSD.

Eu nunca me esqueci do compromisso que assumi quando tomei posse nesta Assembleia, como membro da mesma, e penso que nenhum dos membros desta bancada se esqueceu, pois todos nós assumimos aqui um compromisso, todos nós nos comprometemos a respeitar e a dignificar este órgão e, na minha cabeça, pelo menos, eu tive sempre presente o compromisso que assumi, e creio que na cabeça de todos os membros desta bancada, já que sempre que falávamos, o que devia presidir a tudo, era a dignificação do órgão.

Quando ouvi há pouco, o Senhor Aires a falar, eu até estava curiosa, porque até pensei que fosse aproveitar este tempo de antena, até porque está quase a fechar o mandato, para fazer um balanço, um balanço daquilo que foi a sua atuação, e daquilo que é pertencer a um órgão destes. E estranhamente, e lamentavelmente também, tenho de o dizer, ele aproveitou o pouco tempo que tinha, para fazer um ataque a esta Bancada e para nos apelidar a todos de garotos.

Ora, eu espero sinceramente que o Senhor Aires peça desculpa a esta bancada, acho que é o mínimo que ele tem de fazer. Não lhe merecemos esse tipo de observação, creio que isso não dignifica as suas intervenções. E mais, é deixar aqui, em fim de mandato, uma marca que é digna de dizermos que, às vezes, a cor partidária impede as pessoas de serem mais humanas e de serem mais humildes. Porque nós todos somos pessoas, e nós todos estamos aqui, em primeiro lugar, como pessoas, como seres humanos e não como pertencentes ao partido A, B ou C.

É pena também que o Senhor Aires tenha uma memória seletiva, e até nos venha aqui acusar a nós, de termos tentado destituir o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, quando, a verdade é esta, foram criadas muitas oportunidades para que isso acontecesse, todos nós as registámos com certeza e nunca o fizemos, nunca o fizemos, exactamente, pelo respeito que temos pelas pessoas e o Dr. Grilo é uma pessoa que nos merece todo o respeito.

É pena também que o Senhor Aires se esqueça, daquilo que aconteceu com o Dr. Garcia, e que se esqueça de quem é que aqui tentou destituir o Dr. Garcia. Não foi ninguém desta bancada do PS. Mas temos também de lamentar a postura do Senhor Américo, que se esqueceu com certeza que um dos deveres que nós assumimos aqui, e que está espelhado no nosso Regimento, é que todos nós temos o dever de dignificar a assembleia e os seus membros. E o que ele fez, mais uma vez,



MUNICÍPIO DE POMBAL

foi ofender esta bancada, maltratar esta bancada, e portanto aquilo que ele disse eu nem vou comentar, porque é muito infeliz.

Finalmente dizer que creio que o Senhor Presidente da Assembleia teve hoje, aqui, a oportunidade de mostrar que, na verdade, está aqui pelos deveres que tem como Presidente desta Assembleia toda e não apenas de uma bancada, teve a possibilidade de ser coerente com as suas decisões anteriores e de nos tratar a todos da mesma forma. Parece-me que não o fez, podia tê-lo feito e lamento. Creio que lhe merecíamos também outro tipo de atitude.

Finalmente dizer, no que respeita ainda à decisão que foi proferida pelo tribunal e que veio a condenar o BPI. É certo que o banco foi condenado, muito porque a legislação é muito rigorosa no sistema bancário e impõe regras muito rigorosas, e ainda bem que assim é, porque as leis do sistema bancário têm exatamente em vista a salvaguarda do interesse público, que deve estar acima de tudo. E, neste caso concreto, efetivamente o banco foi condenado exatamente por isso, pela violação dessa legislação e não só. Mas essencialmente porque violou aquilo que está previsto na lei, relativamente à abertura e movimentação das contas bancárias.

Agora, uma coisa não podemos esquecer, não podemos esquecer o relatório da DGAL, não podemos esquecer o relatório da IGF, que apontam que, de facto, houve falhas no sistema de controlo interno, isso não deve ser branqueado, e a Câmara, como alguém há pouco dizia aqui, deve assumir aquilo que são as suas falhas e, em conformidade, atuar a partir daí.”

Aires Moreira que usou da palavra como se transcreve:

“A Dra. Odete Alves sabe que tenho por ela uma grande admiração. Quando disse que foi uma atitude “agarotada” não quis incluir a bancada do PS, porque sabe perfeitamente que eu tenho uma grande admiração tanto pela bancada do PS como do PSD, sempre tive. A Dra. Odete sabe que eu nunca quis atingir os membros da assembleia, sejam do PS ou do PSD, por isso, se entendeu assim, peço-lhe desde já as minhas desculpas, mas não foi minha intenção ofender ninguém, Apenas quis dizer que foi uma atitude “agarotada” de quem interveio.”

O Senhor António Carrasqueira solicitou a palavra ao que o **Senhor Presidente da Assembleia** respondeu:

“Senhor Carrasqueira, vai-me desculpar mas eu não lhe posso dar a palavra, já prevariquei e não quero voltar a fazê-lo. O alargamento foi concedido unicamente para as pessoas que já estavam inscritas. Tenha paciência.”

Nesta altura, o membro **António Carrasqueira**, abandonou a sala.

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, dirigindo-se à Dr.^a Odete Alves, disse o seguinte:

“Dra. Odete, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, só lhe quero dizer que, efectivamente, o Regimento no seu artigo 30.º, n.º 2, diz que o PAOD é de 60 minutos, é um facto. Revivendo a Assembleia anterior e a postura agora aqui tomada, não há coerência, é um facto.

Outro aspeto que lhe quero dizer é o seguinte, quando outros oradores falavam, eu, baseando-me no artigo 41.º, n.º 4, que diz “quando o orador se desviar do assunto em discussão ou quando o discurso se tornar ofensivo, como foi o caso, será advertido pelo Presidente, que lhe retirará palavra”, penso que foi assim que procedi.

Hoje, aqui, durante esta Assembleia, qualquer um aos oradores, daqueles que citou, foram advertidos pelo Presidente da Mesa, que se estavam a desviar do assunto e que não deviam continuar nessa senda.

*Dito isto e depois de me ter retratado desta forma, vou dar a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para terminar este período de antes da ordem do dia.”*



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Antes de responder às interpelações que me foram aqui apresentadas, uma nota de reconhecimento à paciência e à tranquilidade dos quadros técnicos da Câmara aqui presentes, predispostos a ouvir e também a interrogarem-se se, de facto, a democracia é uma atividade nobre em termos de funcionalidade, ou se é uma atividade para fazer de conta, para falar e depois fugir ao debate, para fazer interpelações menos correctas, menos cordiais e menos democráticas.

As obras são proteladas porque temos entraves a nível de burocracia e de legislação, uma legislação muitas vezes incompetente e que é feita por determinados gabinetes, paga a preço de ouro, que não respeita aquilo que tem vindo a ser feito, com intenção de duplas interpretações, indo ao encontro de alguns e prejudicando muitos.

Quando há necessidade de utilizar aquilo que é do domínio do Estado, como o IC8, a A8 e a A17, as Linhas do Oeste e a do Norte, temos de aprovar garantias bancárias, como vamos fazer daqui a pouco, todos esses entraves protelam no tempo a boa realização das obras para que, de facto, não haja lugar a qualquer reparo a fazer, aqui, pela Assembleia Municipal.

Há aqui muitos reparos que evidenciam - e desculpem o termo - um desconhecimento total do que é uma obra, do que é uma ETAR, do que é uma ligação de rede de água e rede de saneamento, do que é uma estrada que fica efetivamente danificada porque a empresa que construiu a nível de saneamento a abandonou, depois temos de fazer outra contratação para repor os pisos conforme eles estavam e conforme o caderno de encargos.

Portanto, meus caros colegas engenheiros, diretores de departamento, chefes de divisão e de unidade, é de nos interrogarmos se, de facto, a família laboriosa da Câmara merece estes reparos e estas críticas.

O agradecimento é público, devemos confiar em todos vós, porque só quando houver alguma falha, e já se instauraram 2 ou 3 processos disciplinares, é que essas pessoas devem ser responsabilizadas, porque não se pode ver um todo quando, efetivamente, numa equipa de 500 colaboradores poderá haver um, dois ou três que falham, mas isso é insignificante, para aquilo que são as realizações destes últimos 20 anos. Eu, como técnico que sou, tenho muito respeito e muita consideração por aqueles que fazem o melhor que sabem e podem.

Temos aqui as inspeções da DGAL, inspeções das Finanças, as inspeções do Tribunal de Contas, as inspeções da Polícia Judiciária, e, quando essas inspeções todas só apresentam pequenas correções, que até são pedagógicas, para que, de facto, esta legislação burocrática, incompetente e de dupla interpretação, possa ser respeitada com eficiência, profissionalismo e competência, sem criar qualquer tipo de mazela à nossa Câmara, é arma de arremesso político ao Presidente da Câmara, porque não há controlo, há falhas de controlo interno, etc. etc.

Aquilo que fizemos foi oportuno. Esta Câmara já recebeu 3 prémios por boas práticas administrativas, e somos todos rotulados como incumpridores. É lamentável, é de tirar as devidas ilações, porque o tribunal não responsabilizou mais ninguém nesta casa, não houve cumplicidade de ninguém, e volta-se a apregoar que há falta de controlo interno e que devíamos ser diferentes. Se essas pessoas estivessem aqui, o que é que elas fariam em termos de mais controlo interno, em mais e melhor funcionalidade e em melhor desempenho que aquilo que nós temos tido, de há uns anos a esta parte.

O homem que está preso esteve aqui 17 anos antes de eu vir para cá, e cometeu a fraude quando tinha 33 anos de serviço.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ele disse-me, em Dezembro de 2009: “ Sr. Presidente, estou aqui há 33 anos, vou pedir a reforma” e ainda: “A nossa contabilidade nunca esteve tão boa como agora.”

Estava lá uma cruzinha assinada por mim e pela tesoureira a dizer que ele era só conciliador da conta, ocultou toda a correspondência recebida para a Câmara, foi só ele, com a conivência de alguém do Banco, porque ele era angariador de clientes para lá.

O tribunal é soberano e põe-se em causa aquilo que o tribunal decidiu.

Meus caros colegas engenheiros, nós devemos sentir-nos cada vez mais orgulhosos pela profissão que temos, com muito respeito pelas outras profissões. É que a nossa profissão, se projetarmos mal, se construirmos mal, é logo evidenciada a falha técnica que decorrer. Na interpretação da legislação, e no comportamento da verificação das leis, é muito difícil porque não é uma ciência certa, é uma ciência que anda à deriva, por isso é que a gente tem a justiça que tem, mas desta vez fez-se justiça!

Eu pensava que hoje, nesta Assembleia, não ia falar mais numa coisa que já passou, posso ter muitos defeitos mas não sou vingativo, nem de ressentimentos, nem desonesto, nem invejoso e esqueço tudo aquilo que é negativo.

Veio ali um depoimento muito grande do senhor deputado, que é jurista e trabalhador de um banco que, se eu estivesse no lugar dele, com modéstia o digo, penitenciava-me. Outro veio com a conivência, nem foi para o tribunal, para quê gastar energias, falhou redondamente porque é gestor, é licenciado em contabilidade. Exigia-se a estas duas pessoas licenciadas um comportamento, digamos, mais imparcial, mais honesto, mais correcto e mais justo.

Na quarta feira, no NERLEI, estive a ouvir com muita atenção o Senhor Ministro Luis Amado, que considero um dos melhores ministros dos governos anteriores, que disse que nós não estamos ainda fora da crise, nós ainda temos muitos anos para pedalar. A Europa está toda em crise, a América também está agora a recuperar, mas não podemos esquecer que o F.M.I, a C.E., o B.C.E. nos emprestaram € 70.000.000,00 e nós estávamos falidos. E porque é que estávamos falidos? Porque vivemos sempre acima das nossas possibilidades! Vemos agora greves, nós precisamos de trabalhar, é preciso haver consciência, e temos de ter a preocupação de fazer investimentos a pagar no curto prazo, não de transmitir ou transferir esses pagamentos para daqui a 30 ou 40 anos. Para quê um parque escolar com obras exorbitantes para pagar a 30 ou 40 anos a uma empresa espanhola? Para quê SCUTS e auto-estradas que estão às moscas para pagar a 40 anos? Isso tudo contribuiu para o nosso estado.

A nossa Câmara, apesar de ter este desfalque, porque até tínhamos uma boa situação financeira e continuamos a ter, não se deixou enganar! Aquele indivíduo foi enganado, o banco também não esteve à altura, e agora vamos ser ressarcidos do dinheiro com juros muito elevados. Está escrito.

Agora quem vai contestar aquela distinta jurista, que disse que nós não temos aqui controlo interno. Nós já respondemos, Sr.ª Dr.ª Odete Alves, à Inspeção de Finanças, aconselho-a a ler a resposta que foi dada. Nenhum inspector, e tivemos aqui dois, me disse que eu ia perder o mandato, disseram que estava tudo correcto, que só havia arestas para limar, mas que já tinham transmitido isso aos directores de departamento administrativo e financeiro pelo que eu podia ficar descansado. Disseram-me isso! mas já houve pessoas desta câmara, e políticos do Partido Socialista, que escreveram para a DGAL várias vezes, para vir cá a inspeção para ver se eu perdia o mandato, mas quando um indivíduo trabalha com a certeza que é o melhor que sabe e pode, e com a certeza que é com honestidade, isenção e imparcialidade, mas também com competência e conhecimento, não há barreiras nem obstáculos que nós não transponhamos!



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, Dr.^a Odete Alves, quero dizer-lhe que as inspecções, repito são formativas e pedagógicas, que não tenho medo de qualquer inspecção que me venha dizer o que devia ou não fazer, se cometo alguma irregularidade, é sempre alicerçada nas informações que me dão, nos conhecimentos que me são apresentados e nas decisões que se tomam.

Obrigado, distintos quadros técnicos por aquilo que têm feito, pelo que me têm ajudado, porque eu, nesse preâmbulo da nossa actividade de 20 anos, vou realçar isso, porque é merecido, assim como em relação às assembleias de junta, assembleias municipais, comissões das capelas e igrejas, associações empresariais, colectividades, relativamente a algumas obras que vieram aqui, que foram apoiadas e de que não sou mentor, porque tudo aquilo para que o executivo contribuiu, deve-nos orgulhar a todos, e a historia faz-se trabalhando, caminhando, mas sempre com o destino de um porto seguro. A Câmara está num porto seguro, a Câmara deve-nos orgulhar a todos nós, porque a verdade vem sempre ao cimo e não é com baixa politica que se dignificam as instituições, que se motivam as pessoas, que se lhes dá ânimo e esperança.

O estado não teve uma estratégia de curto ou médio prazo, fez tudo a pensar nas eleições governativas de 4 em 4 anos, e nós sabemos bem quais são as pessoas responsáveis que nos conduziram à situação dramática que estamos a sofrer e a pagar sem culpa nossa.

Em relação ao reparo que foi aqui feito pelo Dr. Pedro Santos, membro da Assembleia e distinto secretário da Junta de Freguesia do Louriçal, nós temos muito a aprender na vida mas temos de saber conhecer a realidade dos factos.

Nós, e desde que eu cá estou, para o Louriçal comprámos o terreno para o pavilhão gimnodesportivo sem qualquer ação da Junta de Freguesia, comprámos mais 50.000 m² na zona industrial, também sem qualquer ação da Junta de Freguesia, está pedido ao Gabinete de Projectos o projecto de infra-estruturas para toda a zona industrial do Louriçal para que possa crescer, mas só se compram mais terrenos quando aqueles estiverem ocupados.

Faço daqui um desafio à Junta de Freguesia e ao seu Presidente para que me digam qual é o primeiro empresário que quis lá fazer uma obra e comprar o terreno a € 15/m² como se compra em Pombal, ou na Guia, e deixou de lá instalar a sua empresa devido à Câmara não lhe facultar condições para se poder instalar?

Também em relação ao saneamento já executámos 30%, está lá construída uma ETAR cujo terreno também foi adquirido por nós, assim como o terreno das Matas e Cipreste, Torneira e Serrião, que serve os concelhos de Pombal e da Figueira da Foz, com vista à execução de um projecto em comum, para se proceder ao saneamento na mesma altura.

O terreno para a ETAR, foi adquirido directamente pela Câmara sem qualquer intervenção da Junta de Freguesia. Em relação às obras pensamos estar previsto para a 1.^a semana de Julho, a correcção e reparação do piso, conforme consta do caderno de encargos, e espero que isso se faça o mais rapidamente possível.

Adquirimos ainda, por 60.000 contos, os terrenos da antiga EPAC, bem como os terrenos para o Pavilhão Gimnodesportivo, para o parque industrial, para o parque da fonte da pedra e para o largo da Igreja Matriz do Louriçal, também sem qualquer acção da Junta de Freguesia.

É muito fácil criticar, mas nas acções de proximidade das juntas de freguesia vê-se tanta eficácia entre juntas, mas também diferenças abismais entre o comportamento das 17 juntas de freguesia. Há juntas de freguesia que trazem ideias, sugestões, mas há uma, que só evidencia o que falta fazer, sem reconhecer nada do muito que já foi feito naquela freguesia a todos os níveis, nomeadamente, saneamento, requalificação urbana, as obras da igreja do convento das Clarissas, os lares executados, a casa mortuária, etc.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à questão colocada pela Sr.^a Deputada Edite, informo que ainda há pouco tempo estive numa reunião de trabalho, com o Dr. Fernando Parreira e a Dr.^a Marlene Matias acerca do assunto, até porque as instalações são arrendadas por nós, mas o funcionamento do CAT fica salvaguardado nas futuras instalações do Centro de Saúde. Espero que esta valência continue a funcionar dentro das possibilidades financeiras que o país tem.

Quanto à questão apresentada pelo Sr. Roque, a zona industrial da formiga está devidamente dimensionada e tratada. O parque industrial antigo foi construído sem qualquer ordenamento, com infra-estruturas pessimamente construídas, no entanto, a rua que passa em frente aos correios precisa do piso todo rebaixado, penso que talvez ainda haja possibilidades, de proceder a essa obra ainda neste mandato. O projecto está em elaboração para se dar condições dignas à zona industrial da formiga.

Em relação ao Sr. Aires Moreira, lamento e penitencio-me de, pelo menos, o parque de merendas não estar electrificado, mas não depende só de nós, mas também da EDP, mas pode ficar tranquilo, que como Presidente da Junta, não vai ficar mal visto. Quanto à ETAR, também será para funcionar, estão a envidar todos os esforços para encontrar a melhor solução para resolver o problema com o proprietário do terreno, nem que para isso tenhamos que recorrer à via judicial, através da expropriação.

Sr. Fernando Matias, meu caro colega presidente, as margens do Rio, são da responsabilidade da Direcção Geral Hidrográfica do Centro, agora Instituto da Conservação da Natureza, mas já transmiti directivas à PMU, para repor as margens que foram danificadas e desassorear o rio de Almagreira até Albergaria dos Doze, porque se não formos nós a fazê-lo, o Estado também não faz. É o país que temos”.

Nesta altura o **1.º Secretário da Mesa** procedeu de novo à chamada, tendo sido marcada a respectiva falta, por motivo de abandono da sessão, aos seguintes membros:

- Bancada do PSD – António Carrasqueira
- Bancada do PS - Fernando Carolino, Edite Santos e Vitor Gomes

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** interveio como se segue:

“Tenho de aproveitar para dizer que, de facto, houve uma prevaricação da Mesa, nomeadamente da minha pessoa, quando fiz o prolongamento dos tempos. No entanto, não quero deixar de frisar o seguinte:

Quando me acusam de sectário, eu pergunto: Eu?!!! É que, na verdade, nem sempre a Bancada do PSD esteve de acordo comigo; elementos da Bancada do PSD, em desacordo comigo, tiveram que abandonar a Assembleia; tirei a palavra a muitos membros da Bancada do PSD, nomeadamente a Fernando Silva, António Carrasqueira, Pedro Brilhante, e muitos outros.

O Regimento, no seu Art.º 3.º, n.º 1, al. b) refere que em questões dúbias é à Mesa que compete deliberar.

Passo para o Art.º 36.º, porque fui apanhado desprevenido, para dizer ao Dr. Joaquim Branco que, quando há pouco me chamava a atenção, o mesmo refere que há períodos em que os membros se podem inscrever mais 5 minutos, mas reporta-se ao período da ordem do dia e não ao período de antes da ordem do dia, que era o período em que estávamos.

No art.º 38.º, n.º 4, diz que os tempos utilizados nos pedidos de esclarecimento e explicação serão contabilizados no tempo previamente distribuído à Bancada a que o membro pertence.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Art.º 41.º refere que o orador não pode ser interrompido, sob pena do Presidente da Assembleia, em caso de desobediência, poder, se assim o entender, interromper os trabalhos.”

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão inscreveu-se:

Pedro Santos, cuja intervenção se segue.

“No documento diz que os trabalhos executados na rede viária constam do documento anexo, mas não vem nenhum documento. Já aconteceu o mesmo na última reunião.”

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou o documento aos serviços, tendo o problema ficado resolvido no momento.

Não havendo mais inscrições passou-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantias bancárias a favor da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., no âmbito do Projeto “Sistema Integrante de Abastecimento de Água às Redes do Concelho de Pombal a partir das captações da Mata Urso” das intervenções seguintes: na EN1 entre o KM 140 + 000 ao 140 + 350 LD; na EN109 ao Km 137 + 600 e na EN1 ao km 141 + 000 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Foi presente à reunião a informação n.º 000008/DMF/13, da Diretora do Departamento Municipal de Finanças, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Garantias Bancárias no montante de € 3.675,00, de € 1.000,00 e de € 1.366,77 a favor da E.P. - Estradas de Portugal: Análise de Propostas

Sr.Presidente,

Na sequência do solicitado pela E.P. – Estradas de Portugal, S.A., no sentido de serem apresentadas garantias bancárias, cujos valores e intervenções, seguidamente se descrevem:

a) € 3.675,00 - EN1 entre o Km 140+000 ao 140+350LD, a que se refere o ofício da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., ref.ª LI0201/Proc.º 5079LRA13 de 14 de Maio de 2013 em anexo, relativo ao Projecto “Sistema Integrante de abastecimento de água às Redes do Concelho de Pombal a partir da Captação da Mata do Urso” - Paralelismo na EN1 entre o Km140+000 e o 140+350 lado direito (Ranha - Meirinhas), em anexo;

b) € 1.000,00 - EN109 ao Km 137+600, a que se refere o ofício da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., ref.ª LI0201/Proc.º 5196LRA13 de 14 de Maio de 2013 em anexo, relativo ao Projecto



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Sistema Integrante de abastecimento de água às Redes do Concelho de Pombal a partir da Captação da Mata do Urso” - Perfuração na EN 109 ao Km 137+600 (Vieirinhos), em anexo; c) € 1.366,77 - EN1 ao Km 141+000, a que se refere o ofício da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., ref.ª LI0201/Proc.º 6027LRA13 de 28 de Maio de 2013 em anexo, relativo ao Projecto “Sistema integrante do abastecimento de água às Redes do Concelho de Pombal a partir da Captação da Mata do Urso” - Travessia por perfuração horizontal na EN1 ao Km 141+000, em anexo; foram solicitadas propostas às seguintes entidades bancárias:

- BES – Banco Espírito Santo
- CGD – Caixa Geral de Depósitos
- Banco Santander Totta
- CCAMP – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal
- Caixa Económica Montepio Geral,

Cujas propostas se anexam e resumem nos quadros abaixo:
Garantia Bancária de € 3.675,00

Entidade	Valor da Garantia a prestar	Comissão de montagem	Comissã o proposta	Valor da Comissã o anual	Valor da Comissão anual 1.º Ano	Valor da Comissão 5 Anos
CCAMP - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	3.675,00	50,00	1,00%	56,75	106,75	333,75
Banco Santander Totta	3.675,00		1,50%	55,13	55,13	275,63
BES - Banco Espírito Santo	3.675,00	50,00	2,50%	100,00	150,00	550,00

Garantia Bancária de € 1.000,00

Entidade	Valor da Garantia a prestar	Comissão de montagem	Comissão proposta	Valor da Comissão anual	Valor da Comissão anual 1.º Ano	Valor da Comissão 5 Anos
CCAMP - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	1.000,00	50,00	1,00%	54,00	104,00	320,00
Banco Santander Totta	1.000,00		1,50%	15,00	15,00	75,00
BES - Banco Espírito Santo	1.000,00	50,00	2,50%	100,00	150,00	550,00



MUNICÍPIO DE POMBAL

Garantia Bancária de € 1.366,77

<i>Entidade</i>	<i>Valor da Garantia a prestar</i>	<i>Comissão de montagem</i>	<i>Comissão proposta</i>	<i>Valor da Comissão anual</i>	<i>Valor da Comissão anual 1.º Ano</i>	<i>Valor da Comissão 5 Anos</i>
<i>CCAMP - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal</i>	<i>1.366,77</i>	<i>50,00</i>	<i>1,00%</i>	<i>54,00</i>	<i>104,00</i>	<i>320,00</i>
<i>Banco Santander Totta</i>	<i>1.366,77</i>		<i>1,50%</i>	<i>20,50</i>	<i>20,50</i>	<i>102,51</i>
<i>BES - Banco Espírito Santo</i>	<i>1.366,77</i>	<i>50,00</i>	<i>2,50%</i>	<i>100,00</i>	<i>150,00</i>	<i>550,00</i>

Não apresentaram proposta as seguintes entidades:

- . CGD – Caixa Geral de Depósitos e*
- . Caixa Económica Montepio Geral.*

A garantia deverá ser mantida até 5 anos.

Da comparação das condições propostas, resulta que o Banco Santander Totta apresenta a proposta mais vantajosa, para todos os valores das garantias bancárias a prestar, pelo que se propõe a adjudicação da prestação de todas as garantias bancárias à referida entidade. Nesta conformidade, deverá o referido encargo ser objecto de adequado cabimento e compromisso. Para efeitos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, deverá o compromisso da despesa relativa a exercícios seguintes, ser autorizado pela Assembleia Municipal, pelo que se sugere, que seja este assunto despachado à reunião de Câmara, a fim de se deliberar solicitar a referida autorização.

À Consideração de V. Ex.ª,

A Câmara, na sequência da adjudicação das prestações das garantias bancárias ao Banco Santander Totta, deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal competente autorização para a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, conforme determina a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, atualmente em vigor.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de regulamento de utilização e cedência dos auditórios municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito, Odete Alves, que informou que a proposta de regulamento não foi remetida, razão pela qual não pode discutir e votar um documento que desconhece, até porque, se o mesmo não foi remetido, os restantes membros também não tiveram acesso ao documento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acrescentou ainda que a proposta referente ao ponto 2.4 também não foi remetida.

Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara solicitou à Mesa da Assembleia que os pontos 2.3 e 2.4 da ordem do dia fossem retirados.

Colocada esta proposta a votação, foi deliberado, por unanimidade, retirar o Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o projeto de regulamento de utilização e cedência dos auditórios municipais; e o ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de alteração ao regulamento geral de apoios diversos no âmbito das áreas de ação social da ordem de trabalhos da presente sessão, para posterior deliberação.

Ponto 2.4 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de alteração ao regulamento geral de apoios diversos no âmbito das áreas de ação social.

O ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre projeto de alteração ao regulamento geral de apoios diversos no âmbito das áreas de ação social, foi retirado para apreciação em próxima sessão, com os fundamentos constantes do ponto anterior.

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre designação de Fiscal único para a PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a designação de Fiscal único para a PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. Colocado este assunto a discussão, inscreveu-se Odete Alves que referiu o seguinte:

“Constatámos que a LCA é novamente a empresa que mereceu a confiança desta Câmara e em coerência com aquilo que já dissemos anteriormente, votaremos sempre contra a nomeação da mesma, depois da empresa ter deixado passar, debaixo dos seus olhos, o que deixou.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por unanimidade, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 – Designação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral, de harmonia com a alínea b) do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de Novembro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter dado entrada na mesa uma proposta subscrita pelas Bancadas do PSD e do PS, que a seguir se transcreve:

“Os membros da Assembleia Municipal de Pombal abaixo assinados subscrevem a candidatura do Sr. Dr. José Grilo Gonçalves para representante da Assembleia Municipal de Pombal no Conselho da Comunidade do ACES do Pinhal Litoral, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 31º do DL 28/2011 de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo DL 253/2012 de 27 de novembro.”

Constatando-se a apresentação de proposta conjunta, não houve lugar a votação, tendo a Assembleia designado, como representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral, de harmonia com a alínea b) do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de Novembro, o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves.

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Sistema de captação, transporte e tratamento de água na Mata Nacional do Urso - Declaração de Interesse Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre o Sistema de captação, transporte e tratamento de água na Mata Nacional do Urso - Declaração de Interesse Municipal, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Pombal - Reversão da parcela para o domínio privativo Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre a Reversão da parcela para o domínio privativo Municipal para a construção do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Pombal, cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato-Programa – Município de Pombal e PMUGEST, E.M.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara sobre Contrato Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST, E.M., cuja deliberação camarária foi distribuída por todos os membros.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Não havendo público inscrito para usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e duas horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: